



Vote consciente

Mesmo com a pandemia e o adiamento das eleições para novembro, é importante escolher nossos representantes e não deixar de votar este ano. **PÁGINAS 8 E 9**

Em tempos de pandemia e corrida pela vacina contra a covid-19, fica a questão: a sua carteira de vacinação está atualizada?

PÁGINA 3

Conheça o perfil dos candidatos e candidatas da Maré que disputam vaga na Câmara Municipal e Prefeitura do Rio.

PÁGINAS 10 E 11

Memorial: Relembre o caso de Jeremias Moraes da Silva, menino morto há quase três anos em operação policial na Maré.

PÁGINA 13

MATHEUS AFFONSO



Adoção por amor

Adotar é um ato jurídico de receber alguém como um filho, mas é preciso conhecer os trâmites legais e entender que muitas vezes a adoção não se dá apenas por meios legais, mas principalmente por questões afetivas.

PÁGINAS 6 E 7

Se essa rua fosse nossa

Moradores do Salsa e Merengue, junto à Redes da Maré, entram com processo na Prefeitura para mudar nome de rua para Rua Marielle Franco, como forma de homenagear e lembrar do legado da moradora que desenvolveu diversas ações na Maré.

PÁGINA 16

MATHEUS AFFONSO



EDITORIAL

Novembro será um mês extremamente importante para o País, pois teremos a possibilidade de escolher os nossos representantes municipais pelos próximos quatro anos. Além de conhecer os/as candidatos/candidatas, precisamos também saber das suas propostas e de que forma essa pessoa pode atuar em benefício da cidade do Rio de Janeiro. Também é um momento para avaliar os candidatos que já votamos em outras eleições e refletir o quanto eles trabalharam e trouxeram melhoras para a nossa cidade e para a nossa Maré.

Mesmo com uma aparente normalidade com a reabertura dos serviços, precisamos lembrar que ainda estamos em meio a uma pandemia e que é necessário seguir as normas de distanciamento ao votar: utilizar máscara o tempo todo, levar sua própria caneta para a assinatura do livro, além de levar os documentos necessários para a votação. O horário da votação também mudou. Nos dias 15 e 29 de novembro (caso haja segundo turno), as zonas eleitorais começarão a funcionar a partir das 7h. De 7 às 10h o horário é prioritário para pessoas maiores de 60 anos. Das 10h às 17h a votação acontece para o público geral.

O mês de novembro também é marcado por debates e reflexões sobre a população negra brasileira, principalmente pelo dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, uma das primeiras lideranças negras que temos conhecimento, porém pouco explorada nos ambientes escolares. Mesmo com a Lei nº 10.639, de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos Ensinos Fundamental e Médio, ainda é pouco o que sabemos de Zumbi e outros homens e mulheres negros que fizeram parte da história do país e buscaram mudanças na vida dessa população. O mês não é apenas de reflexão, mas é também o momento de se resgatar uma parte da história que não é contada nos livros, novelas e séries. E principalmente, é um mês para se pensar, a partir desse resgate histórico e cultural, quais os próximos passos que a população negra deve dar coletivamente para alcançar igualdade social.

O MARÉ DE NOTÍCIAS TAMBÉM É SEU!

Fale com a gente!

 (21) 97271-9410

PERITECH MARÉ



No jornal 108, falamos do **Peritech Maré**, grupo de estudantes do Ensino Médio do Colégio Estadual Professor João Borges de Moraes que estava participando de torneios de tecnologia e robótica. Em outubro, o grupo de jovens mareenses foi selecionado para participar da fase nacional do **TBR – Torneio Nacional de Robótica**. Parabéns aos alunos e responsáveis participantes por levar o nome da Maré a diversos cantos do país!

Acompanhem o grupo pelo instagram **@peritech_**

ENVIE SUA POESIA,
FOTO, RECEITA
OU PIADA. ESTE
ESPAÇO É SEU!
contato@maredenoticias.com.br

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

redes da **maré**

PARCERIA:

act:onaid

APOIO:

16 Associações de Moradores da Maré
Casa Preta da Maré
Centro de Artes da Maré
data_labe
Espaço Normal
Énóis Laboratório de Jornalismo

MARÉ DE NOTÍCIAS

R. Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda - Maré
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242
www.maredenoticias.com.br
maredenoticias@gmail.com
contato@maredenoticias.com.br

COORDENADORA DE PROJETO:

Daniele Moura

EDITORA EXECUTIVA E JORNALISTA RESPONSÁVEL:
Daniele Moura
(Mtb 24422/RJ)

EDITORA:
Andressa Cabral

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Hélio Euclides
(Mtb 29919/RJ)
Thaís Cavalcante
(Mtb 35270/RJ)

FOTOGRAFIA

Douglas Lopes
Matheus Affonso

REVISÃO

Gabinete do Texto

PROJETO GRÁFICO

Mórula_Oficina de ideias

DIAGRAMAÇÃO

Filipe Almeida

IMPRESSÃO

Parque Gráfico do O Globo

TIRAGEM

50 mil exemplares

GARANTA O SEU JORNAL!

O Maré de Notícias é entregue de porta em porta nos 47 mil domicílios das 16 favelas da Maré. Se por acaso não chegar na sua casa, avise-nos pelo WhatsApp (21) 97271-9410, pelas redes sociais (@maredenoticias) ou ainda por e-mail contato@maredenoticias.com.br e confira se na associação de moradores de sua favela não tem um exemplar para você. Ajude-nos a melhorar nossa distribuição! Contamos com todos os mareenses!

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO REPRESENTAM A OPINIÃO DO JORNAL.

PERMITIDA A REPRODUÇÃO DOS TEXTOS, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Um escudo contra as doenças

Unidades de Saúde convocam para atualização da caderneta de vacinação

HÉLIO EUCLIDES

Já faz mais de 100 anos que a cidade do Rio de Janeiro sofre com doenças epidêmicas, como a peste bubônica, a febre amarela e a varíola. No início do século XX, o sanitarista **Oswaldo Cruz** foi o maior defensor da vacinação, que resultou no fim da varíola. Depois desse fato, muitas outras doenças chegaram à erradicação após diversas campanhas de vacinação. De 2015 para cá, ocorreu uma queda na procura de vacina, e com isso, algumas doenças reapareceram. Este ano o problema se agravou com a pandemia, que afastou muita gente dos postos de vacinação com receio da contaminação.

Criado em 1973, o Programa Nacional de Imunização (PNI) teve início com quatro tipos de vacinas e hoje oferece 27, para a população. Um exemplo é a poliomielite: a doença, responsável pela paralisia infantil, está erradicada no país desde 1990. No entanto, em 2016, o país registrou uma queda na taxa de imunização de 95%, taxa recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), para 84% do total de crianças. Num levantamento da OMS, o Brasil aparece como um dos países que mais regrediu nos últimos cinco anos, com índice de pouco mais de 70% de cobertura para difteria, tétano e coqueluche.

O presidente Jair Bolsonaro fez uma postagem nas redes sociais declarando que o Estado não podia obrigar as pessoas a tomar a eventual vacina contra a covid-19. O pensamento do presidente contraria a lei assinada pelo próprio governo, que estabelece a obrigação da vacinação. Com duas filhas pequenas, **Eliângela Felix**, moradora da Baixa do Sapateiro, uma das 16 favelas

da Maré, discorda da ideia de não valorizar a vacina. “A vacinação é uma das coisas mais importantes. Tenho todo o cuidado de manter as cadernetas delas em dia, procuro dar até as que não são dadas em postos de saúde. Sempre tive a certeza que, vacinando as minhas filhas, estou protegendo-as do mal que não são visíveis aos meus olhos”, expõe.

Vamos conjugar o verbo atualizar

O mês de outubro foi marcado pela Campanha Nacional de Multivacinação, uma ação conjunta que mobilizou cerca de 11 mil profissionais nos 92 municípios do Rio. O objetivo foi atualizar a caderneta de vacinação de mais de 3,4 milhões de crianças e adolescentes. **Alexandre Chieppe**, porta-voz da Secretaria de Estado de Saúde acredita que a campanha em meio à pandemia é muito importante. “Até setembro, ainda estava baixa a procura. Apenas 55% da população destinada para receber algumas vacinas receberam a imunização. O objetivo é a cobertura completa, e assim o Brasil ficar livre das doenças. A população precisa ter a certeza de que a vacina faz bem e imuniza contra várias doenças, como paralisia infantil, sarampo e meningite. A gripe *influenza* é controlada, não há surto graças à vacina. Todas as vacinas são criadas com



Campanha Nacional de Multivacinação 2020
“eficácia”, diz Alexandre.

Com o fim da campanha, não se deve interromper a procura por unidades de saúde para se imunizar. **Thainná Nogueira**, gerente da Clínica da Família Augusto Boal, que fica próxima ao Morro do Timbau, na Maré defende a conscientização de todos sobre a importância da vacina para todas as idades. “A vacina não é só a imunidade do indivíduo, mais sim do coletivo, pois acaba com a disseminação da doença”, conta. A gerente detalha que não há perigo em ir à unidade se vacinar, já que há medida de distanciamento e a obrigatoriedade do uso da máscara.

FAKE NEWS DA VACINA

Em 1998, o médico britânico Andrew Wakefield publicou um estudo na revista científica *Lance*, onde alegava que a aplicação da vacina tríplice viral desenvolvia autismo. Das 12 crianças analisadas - uma amostra pequena para obter resultados concretos - oito manifestaram a doença após a vacina. Após questionarem o estudo, descobriu-se que o pesquisador utilizou dados falsos para desenvolver a pesquisa, que foi retirada da revista. Entretanto, muitas pessoas preferem acreditar na tese desenvolvida pelo médico, descreditando na eficácia da vacinação.

FAKE NEWS

Água não é mercadoria

Enquanto políticas de privatização avançam no setor de saneamento, moradores de favela ainda acreditam que só quem paga por água pode cobrar um serviço de qualidade

BRENO SOUZA E RUTH OSORIO

Edição: Fred Di Giacomo (data_label)

Não basta coronavírus, crise econômica ou dinheiro na cueca do senador. O ano de 2020 ainda nos trouxe um tsunami em relação ao abastecimento de água. Logo nos primeiros meses, a água distribuída pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) chegou à torneira dos moradores com coloração duvidosa e cheiro e gosto muito ruins.

Em seguida, com a covid-19, os velhos problemas de abastecimento de água nas periferias ganharam notoriedade, pois, sem acesso à água, não é possível garantir o básico na prevenção do vírus: lavar as mãos.

Para completar, entre medidas de emergência sanitária, jateamento de ruas, promessas de abastecimento em áreas críticas e escândalos de desvios de verba em hospitais de campanha, o Novo Marco do Saneamento Básico foi sancionado pelo Presidente Jair Bolsonaro, e o processo de privatização da CEDAE, no Rio, avançou.

Dentro da favela, a situação está longe de ser das melhores: “Aqui onde eu moro com minha família, quem tem bomba é rei. Antigamente, quando não existiam tantas casas, tinha mais água disponível. Agora que a comunidade cresceu muito, os moradores precisam de bomba para encher suas caixas de água”. O relato é de **Nayara Santos** (22), moradora da região conhecida como Fim do Mundo. Diversas outras comunidades da Maré enfrentam esse

ELIZÂNGELA LEITE



Se a água não é mercadoria e é um direito, é preciso conhecer quais são os caminhos para se conquistar esse bem destinado a todas as pessoas

mesmo problema. Além disso, ainda há residências sem encanamento de água e moradores sem acesso à água mineral ou filtrada.

Os dados do Censo Populacional da Maré (2019) revelaram que 98,3% da Maré possui rede canalizada de água em casa. É um dado bem próximo da realidade do município: de acordo com o SNIS 2018, 97,41% da população do Rio de Janeiro é atendida por rede de abastecimento de água. O que esses dados não mostram, no entanto, é qual a qualidade dessa água e com que frequência ela chega em uma casa do Complexo da Maré. Em março de 2020, a Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Rio de Janeiro divulgou um relatório com 434 denúncias de falta d'água no Rio, em apenas 5 dias. Não é surpresa que a maior parte dessas denúncias venham das favelas, o que mostra que só a existência de uma rede de

abastecimento de água não é suficiente.

E quem não paga pode cobrar?

Apesar do número significativo de denúncias, ainda é uma pequena parte da Maré que conhece seus direitos e sabe como denunciar a precariedade do serviço de abastecimento da água. Além da naturalização dessa precariedade, que faz com que o morador se acos-

tume, o fato de não existir uma cobrança pelo serviço na maioria das casas cria um dilema também: se o morador não paga pelo serviço, como é que ele pode reclamar?

No Brasil, duas leis são fundamentais para entender nosso direito à água: a Lei das Águas (nº 9433), de 1997; e a Lei do Saneamento Básico (nº 11445), de 2011, atualizada pelo Novo Marco Legal do Saneamento. Antes

DOUGLAS LOPES



Cedae na Maré: água é um direito humano básico requisitado durante a pandemia



DOUGLAS LOPES

Encontro realizado em 2019 abordou questões sobre saneamento na Maré

mesmo da Lei das Águas, a cobrança pelo uso da água já era considerada, mas é importante lembrar que a gente não paga pela água (que é de todos), e, sim, pelo tratamento e outros gastos na prestação do serviço. A Lei do Saneamento garante que os serviços de saneamento devem assegurar a sustentabilidade econômica, isso quer dizer que a cobrança pelo uso da água (o sistema tarifário) precisa ser inclusivo e, se for o caso, até não existir.

A forma mais comum de fazer essa cobrança é por meio das tarifas sociais, um tipo de tarifa cujo valor é ajustado de acordo com a realidade do local de cobrança. Através do Decreto 25.438/99, a CEDAE promove a tarifa social para favelas e conjuntos habitacionais. O procedimento hoje é feito nas agências da CEDAE e, para moradores de favela, é necessário levar declaração original da FAPERJ e identidade.

A realidade é que os moradores de favela não são consultados sobre os valores da tarifa e, sequer, sabem da sua existência. Essa ausência de informação faz com que muitos moradores não recorram aos seus direitos. De acordo com **Ana Lúcia**, coordenadora do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ON-DAS), seria necessário que a CEDAE traçasse um perfil

real das pessoas que deveriam ser incluídas na tarifa social, registrando todos segundo sua faixa de renda. A recomendação da ONU é que as despesas com água não ultrapassem 3% da renda familiar.

Se a universalização do acesso ao Saneamento Básico é a principal diretriz da Lei do Saneamento, o sistema tarifário precisa ser discutido a partir de custo acessível para todos. Para o engenheiro civil e especialista em saneamento **José Stelberto Soares**, a reclamação dos moradores de favela, e que são usuários não pagantes, é também parte importante do processo da garantia de direitos: “Para estes casos, existe o chamado subsídio cruzado e a tarifa social. Se não é cobrado, tem que ser admitido, porque saneamento é saúde e é fundamental para a qualidade de vida da população como um todo. Essa questão de não cobrar tem que ser analisada sob a ótica da política pública: ninguém gasta a mesma quantidade de água. Quem tem uma piscina, quem tem um casão, um apartamento, um triplex, vai gastar muito mais do que o sujeito que tem uma casinha ou um barraco. Mais do que preço e tarifa, a questão fundamental é analisar qual é a situação.”

Se você é morador de favela, saiba que você tem o direito e o dever de recla-

mar dos serviços de saneamento, ainda que você não pague por eles. É dever da prefeitura e das prestadoras de serviço garantir o acesso pleno ao saneamento e à informação a toda a população.

Água também é saneamento

Mas onde registrar as queixas de saneamento? As associações de moradores são historicamente locais onde os moradores das favelas vão para buscar informações e procurar soluções para os problemas de saneamento básico de suas ruas. Além disso, há também postos da CEDAE dentro das favelas onde os moradores vão para procurar soluções para os problemas de saneamento em suas comunidades.

A mobilização histórica dos moradores da Maré na luta por direitos básicos garantiu a entrada da água canalizada em muitas comunidades. Como a luta pelo direito ao saneamento básico pleno nunca terminou, as novas gerações de moradores estão cada vez mais engajados com as pautas ambientais, unidos aos mais antigos e aos especialistas de diversas áreas, para, juntos, pensarem os rumos do

saneamento básico nas favelas da Maré. Um exemplo disso é o Cocôzap, um projeto do data_labe, formado por jovens de diferentes favelas da Maré, que recebe queixas de saneamento básico dos moradores através do número 21 99957-3216. O projeto também tem sido pioneiro na organização de eventos, como o Encontro de Saneamento, que, em 2020, chega à sua terceira edição (virtual, por conta da pandemia) e conta com a parceria do Projeto Maré Verde, da Redes de Desenvolvimento da Maré, e da Casa Fluminense, referência nacional na luta pela redução das desigualdades sociais. Água e esgoto também são alguns dos temas abordados na Carta de Saneamento da Maré de 2020, que foi reformulada desde à sua última versão e está disponibilizada no site das instituições. A Carta é parte da Agenda Rio 2030 da Casa Fluminense e tem por objetivo levar as propostas das comunidades para melhorias de saneamento às mãos dos candidatos e candidatas à prefeitura da cidade este ano. Além disso, a Carta é um importante instrumento de luta por melhores condições de vida e serviços básicos nas favelas.

data_labe

Esta é a segunda reportagem de uma série sobre o direito à água na Maré. Uma parceria entre o data_labe e o Maré de Notícias.



RECLAME AQUI!

A CEDAE tem todo um serviço para o recebimento de queixas. Através do site www.cedae.com.br e no telefone de serviço de atendimento ao cliente 0800-28-21-195, os usuários que pagam e os que não pagam pelo serviço da empresa podem reclamar de falta de água, vazamento de água e do vazamento de esgoto. Casos as solicitações não sejam atendidas dentro do prazo previsto, os usuários reclamantes podem entrar em contato com a ouvidoria geral da empresa através do número 0800-031-6032 ou através do email ouvidoriageral@cedae.com.br. Outra alternativa é ir pessoalmente na sede da empresa, na Avenida Presidente Vargas, nº 2655 – Térreo, bairro da Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ.

Favela também é lugar de adoção

Nem sempre esse ato de amor é realizado de uma forma tradicional



MATHEUS AFFONSO

Mesmo já tendo dois filhos biológicos, Jaqueline Ferreira tinha a vontade de adotar, que se realizou com a chegada de Estevão

HÉLIO EUCLIDES

“**R**eceber alguém como filho mediante ato jurídico”. Dessa forma é definida a palavra adoção no dicionário Michaelis. Para muitos que desejam formar uma família ou simplesmente ampliá-la, é mais do que isso. A relação afetiva com uma criança pode surgir de forma inusitada, por caminhos difíceis de explicar, mas que aproximam parentes, vizinhos ou até desconhecidos em um ato de amor. É dessa forma que o processo tem acontecido no Conjunto de Favelas da Maré, onde o trâmite judicial dá lugar a meios informais. O acolhimento sem documentação, contudo, traz outros desafios às famílias que, diante das dificuldades de acesso a serviços básicos, precisam encontrar estratégias para garantir os direitos dos adotados.

Helena Edir comprova que a prática é antiga na Maré. Em 1984, a moradora da Nova Holanda adotou um bebê de três anos, após o falecimento da mãe biológica. “Eu era madrinha de batismo e não tinha outra pessoa próxima para cuidar da criança”, lembra. Helena chegou a procurar assistência jurídica para dar entrada no processo, mas o advogado aconselhou a aguardar o menino comple-

tar 12 anos. O profissional acreditava que o *status* de solteira, a baixa renda como auxiliar de tesouraria e a residência na favela poderiam dificultar a obtenção da guarda. “Só depois dei entrada. Anexei toda a trajetória da vida dele comigo desde a creche até o ensino fundamental. Ele foi chamado para uma audiência, confirmou tudo que eu tinha informado, e o juiz me deu a guarda definitiva”.

MATHEUS AFFONSO



Para Alice*, construir uma família vai além de ter um laço sanguíneo com os seus membros

Em alguns casos, a família biológica e a adotante se unem pelo que acreditam ser o melhor para a criança. Foi o que aconteceu na chegada de Estevão à família Santos. Embora já tivessem Larissa e Isaque, **Jaqueline e Rogério Ferreira** desejavam cumprir um sonho de infância: ter um filho do coração. E a oportunidade surgiu durante um plantão de Jaqueline numa maternidade, ao descobrir que a paciente não poderia levar o recém-nascido para casa. A mãe havia perdido a guarda dos três filhos mais velhos, e a avó, que já era a responsável legal dos meninos, informou não ter condições de cuidar do bebê. “Nós conversamos com a família do Estevão, e eles disseram que seria melhor que ele ficasse conosco, porque se fosse para a adoção formal, perderiam o vínculo totalmente. Tentamos por meios legais, mas a juíza não autorizou por não termos laço sanguíneo. Só depois dele ficar 20 dias no abrigo que conseguimos convencer a avó a pegar a guarda, para que ele ficasse com a gente. Pretendo regularizar, mas tenho medo de iniciar o processo e eles tirarem o meu menino, que retornaria ao abrigo”, conta a moradora da Vila dos Pinheiros.



MATEUS AFFONSO

Elias* foi acolhido com amor pela sua nova família e se vê como filho sanguíneo

Conselho tutelar e Juizado recomendam a adoção tradicional

O receio dos adotantes não é em vão. A conselheira tutelar **Maria Elisângela da Silva Viana**, que está em seu segundo mandato na região da Maré, explica que geralmente o Juizado da Infância e da Adolescência dá parecer favorável à família adotante, mas que a criança pode passar um pequeno período em um abrigo. As decisões buscam se basear no Estatuto da Criança e do Adolescente que, no Artigo 19, estabelece que *“é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”*.

Embora não tenha números oficiais sobre os acolhimentos informais, Elisângela conta que são muitos os casos de adoção “à brasileira” na Maré. “Nesses casos a mãe indica um vizinho para cuidar, e anos depois as duas famílias procuram o conselho para regularizar a situação. São histórias mirabolantes. Às vezes a avó não tem a guarda, mas assume o papel de mãe, ou o pai ado-

tivo registra o bebê com a mãe natural e só depois de anos pede para modificar a certidão de nascimento. São guardiões de fato, mas sem registro”.

A conselheira acrescenta que desconhece casos em que a criança tenha sido removida da convivência com a família substituta depois de anos para encaminhamento a abrigo, porém ressalta a importância do trâmite judicial, que prevê acompanhamento familiar com psicólogos, assistentes sociais e oficinas sobre acolhimento. “As pessoas acham o processo legal burocrático, mas essa adoção improvisada é complicada. Não tem uma certidão no nome dos pais que criam, fica difícil o atendimento médico e a escola. Só depois da criança grande é que tentam sensibilizar o juiz. Na prática, o acolhimento no abrigo é a última das instâncias e em casos específicos em lei. O que é feito na Maré é uma guarda de fato pré-estabelecida, sem que a criança ou o adolescente estejam em risco”, conclui.

“Adoção-pronta” compõe maioria dos casos tramitados na Vara de Infância

A psicóloga **Lygia Santa Maria Ayres** publicou,

em 2011, o artigo “Adoção-Pronta”, termo que define a “prática de entrega e colocação familiar, ainda que não disposta juridicamente”. O estudo da pesquisadora da Universidade Federal Fluminense (UFF) apontou que a adoção “à brasileira” tão comum na Maré representava a forma mais usual de legitimação de inserção de uma criança em uma família substituta, sendo 95% dos 42 casos de institucionalização de adoção tramitados no Juizado. “Desconheço estudo com enfoque na favela. Mas esse jeito não oficial tem sido a maior forma de adoção de crianças”, comenta Lygia.

Alice Oliveira (*) aguarda o fim da pandemia para regularizar a adoção de seu segundo filho, após frustrações por não chegar ao fim em tentativas de adoções nos trâmites legais. “Meu marido e eu esbarramos em impossibilidades no meio do processo, como doença e desemprego. Sabemos que pulamos fila e que vamos passar por um juiz duro, mas fizemos por amor”. Enquanto a situação

ainda segue na informalidade, a avó biológica de **Everton (*)**, que cria seus dois irmãos, vai ao cartório sempre que autorizações legais são necessárias. A família faz questão que o menino de seis anos de idade mantenha o convívio com os demais familiares.

O cenário foi diferente para a primeira experiência de adoção de Alice. Em 2000, a moradora da Nova Holanda chorava por não poder engravidar, quando recebeu o telefonema de uma amiga sobre uma mãe de outro município que desejava dar seu filho devido a problemas familiares. “**Elias(*)** era uma criança que entraria na fila de adoção, mas dificilmente seria adotado, pois tinha suspeita de HIV, má formação da traqueia e sífilis congênita. Deixei meu trabalho para cuidar dele, que ficou muito tempo internado. No ano seguinte oficializamos a adoção”, conta. Elias, no entanto, não se sente adotado. “Até os meus amigos não acreditam. Não me sinto diferente, somos uma família”.



COMO ADOTAR?

Qualquer pessoa maior de 21 anos pode se dirigir à 2ª Vara da Infância da Juventude e do Idoso que fica no Sambódromo do Rio de segunda a sexta das 13h às 19h. (Praça Onze de Junho, 403, 21-2503-6300)

Para entrada no processo de habilitação tem que participar de reunião que acontece toda última sexta-feira do mês, na qual a equipe explica quais os procedimentos necessários para habilitação dos pretendentes e quais as documentações exigidas para iniciar o processo. Depois as famílias são encaminhadas para grupos de apoio à adoção e avaliação com equipe técnica. Mais informações no site <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/inf-juv-idoso/cap-vara-inf-juv-idoso/adoacao/procedimentos?inheritRedirect=true>

* Alice Oliveira, Everton e Elias são nomes fictícios utilizados na reportagem com o objetivo de preservar a identidade das fontes.

Vai votar, mas você sabe pra quê?

Quais as funções de vereadores e prefeito e o que eles podem prometer para fazer pela cidade

DANIELE MOURA

Pouco mais de 147,9 milhões de eleitores no país estarão aptos a votar nos próximos dias 15 (primeiro turno) e 29 (segundo turno) de novembro para escolher 5.568 prefeitos, 5.568 vice-prefeitos e 57.942 vereadores em todo o Brasil, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mas você sabe para que serve um vereador e as funções de um prefeito?

O que são vereadores?

Cabe ao vereador propor, discutir e aprovar as leis que serão aplicadas em cada cidade. Entre essas leis, está a Lei Orçamentária Anual, que define onde deverão ser aplicados os recursos dos impostos. Também é dever do vereador acompanhar as ações do Executivo, que, no caso, é o prefeito, verificando se estão sendo cumpridas as metas de governo e se estão sendo atendidas as normas legais.

Os vereadores, na Câmara Municipal - também chamada de câmara de vereadores -, discutem e votam projetos que envolvem impostos municipais, educação municipal, linhas de ônibus e sanea-

mento, entre outros temas que envolvam a cidade. Esses projetos, emendas e resoluções têm de passar por comissões, para serem votados no plenário da Câmara, e, depois de aprovados, precisam ser apreciados pelo prefeito, que pode vetá-los total ou parcialmente ou aprová-los. Quando há aprovação, o projeto é publicado no Diário Oficial da cidade e vira uma lei.

Muitos candidatos a vereador fazem promessas

que fogem da sua área de atuação, como a realização de obras de construção de hospitais e escolas. A segurança pública, por exemplo, é de responsabilidade do Governo do Estado. As cidades podem contar também com guardas municipais, e vereadores não têm poder de decisão nessa área. Um vereador pode, no máximo, pressionar na Câmara, mas nunca garantir a execução da obra. Vereador propõe leis.

Fiscalização

Os vereadores têm o poder e o dever de fiscalizar a administração do prefeito, cuidando da aplicação do dinheiro e observando o orçamento. É dever deles acompanhar

o cumprimento das leis e da boa aplicação e gestão do dinheiro público. Também são os vereadores que julgam as contas públicas da cidade, o que acontece todo ano, com a ajuda do Tribunal de Contas do Município.

Cada câmara pode ter, no mínimo, nove vereadores e, no máximo, 55. O total de vagas depende do tamanho da população de cada cidade. O salário varia entre 25% e 75% do que recebe um deputado estadual, e o percentual aumenta de acordo com o número de habitantes. No Rio, o salário do vereador é um dos maiores do país: R\$ 18.991,68.

O Gestor Municipal

O prefeito é o chefe do

Assuntos que podem ser tratados em lei por um vereador:

Mudança, criação ou extinção de tributos municipais;

Criação de bairros, distritos e subdistritos dentro do município;

Estabelecer o perímetro urbano (a área do município que é urbanizada);

Sugerir nomes de ruas e avenidas;

Aprovar os documentos orçamentários do município;

Elaborar, deliberar e votar o Plano Diretor municipal;

Aprovar o plano municipal de educação;

Estabelecer as regras de zoneamento, uso e ocupação do solo;

Determinar o tombamento de prédios como patrimônio público, preservando a memória do município.



A população pode assistir às sessões legislativas ou ir conversar com os vereadores em seus gabinetes na Câmara, aqui no Rio, na Cinelândia (Palácio Pedro Ernesto - Praça Floriano, s/n). Caso o eleitor descubra alguma irregularidade na Câmara ou na Prefeitura, é possível fazer uma denúncia ao Ministério Público.

DIREITOS DO VEREADOR



- **Imunidade parlamentar:** os vereadores podem expressar livremente suas opiniões sem que possam sofrer ameaças judiciais, evitando que sua capacidade de exercer suas competências sejam limitadas (isso não significa que o vereador possa cometer crimes de ódio nem fazer apologia a crimes);
- **Direito à renúncia:** o vereador pode renunciar ao seu cargo quando bem entender;
- **Direito a exercer outra profissão:** o vereador pode ser médico, engenheiro, professor, policial, qualquer profissão, desde que isso não prejudique suas atividades como vereador;
- **Receber de 25 a 75% do salário de um deputado estadual como pagamento mensal.**

Poder Executivo de um município. Isso significa que está nas mãos dele o poder de administrar a cidade, de cobrar impostos (IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e Imposto Sobre Serviços - ISS), e taxas que, por sua vez, devem custear obras, serviços e políticas. Ele deve cumprir as leis aprovadas pela Câmara Municipal, submeter contas à fiscalização e elaborar um orçamento do ano, que será aprovado ou alterado pela Câmara. O gestor municipal conta com a ajuda de funcionários públicos, secretários e assessores.

Industrializados (IPI) são repassados aos municípios; 50% do imposto sobre propriedade rural situada no território do município; e 25% do ICMS, imposto estadual, também vai para as prefeituras. Em muitos casos, os recursos que chegam às prefeituras possuem destinos obrigatórios, como para a saúde e a educação. Essas e outras verbas a que municípios têm direito podem ser encontradas nos artigos 158 e 159 da Constituição.

Saúde, Educação e Transporte

As prefeituras têm a missão de cuidar dos atendimentos básicos do Sistema Único de Saúde, ou seja, UPAs, Clínicas da Família e postos de saúde. Para isso, precisam destinar pelo menos 15% do dinheiro que recebem, mais as verbas repassadas pelo Governo Federal e Estadual. Laboratórios e hemocentros também são controlados pelo município.

Como administrar a cidade?

Para colocar em prática seus planos, o prefeito, além dos impostos municipais, também conta com dinheiro do governo federal e estadual. Por exemplo, 22,5% dos recursos arrecadados pela União com Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos

Os municípios cuidam da Educação Infantil (creches e pré-escolas) e do Ensino Fundamental. (1º ao 9º anos) e devem gastar, pelo menos, 25% de sua receita em Educação. A prefeitura também cuida do sistema de transporte urbano da cidade. Esses serviços são geridos por empresas que conseguem esse direito por meio de concessões. Entretanto, o poder público municipal deve fiscalizar a qualidade desses serviços e, em casos extremos, romper o contrato com empresas que não ofereçam um serviço satisfatório.

E, por fim, o prefeito deve ser cobrado por ações na cidade, como: elaboração de um plano municipal de habitação; execução de ações relacionadas ao parcelamento; uso e ocupação do solo; demarcação de terras; programas de construção e melhoria das condições habitacionais e licenciamento urbanístico e ambiental; e regularização da habitação de interesse social em áreas de

preservação permanente.

Requisitos

Para se candidatar a vereador ou prefeito, é necessário ter o domicílio eleitoral na cidade em que pretende concorrer até um ano antes da eleição, estar filiado a um partido político, ser naturalizado brasileiro, alfabetizado, estar em dia com a Justiça Eleitoral, ser maior de 18 anos e, para homem, ter certificado de reservista.

O site do TSE traz informações completas sobre doadores, gastos de campanha e empresas que prestam serviços a candidatos a prefeito de todo o Brasil. Se você quiser mais detalhes sobre os doadores, pesquise os nomes no Google, inclusive, para levantar se são vinculados a alguma empresa ou instituição. É o tipo de informação que pode ser importante na hora de definir entre candidato A ou B. Todos queremos representantes honestos, e é sempre bom saber sobre as propostas que fogem à alçada do candidato.

SERVIÇOS MANTIDOS PELAS PREFEITURAS



Administrar serviços públicos locais;



Limpeza e iluminação públicas;

Coleta de lixo;



Conserto de vias;

Sistema de transporte urbano;



Ambulâncias e serviços de saúde;

Educação infantil (creches, pré-escolas) e ensino fundamental;

Formação da Guarda Municipal.



Maré, uma onda gigante de força política

Lideranças comunitárias, presidentes de associação de moradores e candidatos às eleições formam essa representatividade no território



Arquivo/NUMIM

Organização popular durante pré-eleição de Associação de Moradores da Nova Holanda nos anos 80

THAÍS CAVALCANTE

As eleições municipais estão chegando, para a população repensar de que forma as decisões de hoje vão impactar a cidade e as 16 favelas da Maré daqui para a frente. As votações serão realizadas em meio aos desafios da pandemia de covid-19, intensa crise econômica e de investigações sobre esquemas de corrupção na Prefeitura e no Governo do Rio de Janeiro. Esses são alguns dos fatores que trazem à luz a importância do poder popular para levantar pautas e lutar por elas através do voto, mas também da organização popular.

A atuação e articulação política nas favelas e periferias sempre aconteceu, independentemente do cenário social. O que muda agora é a urgência na busca por soluções, porque não há tempo. Alguns dos temas levantados por representantes locais nas eleições municipais deste ano são: Segurança pública; Educação inclusiva; Diversidade racial; Direitos às pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgênero, Queer, Interssexo e Assexual (LGBTQIA+); e outras pautas que constroem uma sociedade mais justa e democrática.

Seja no papel dos líderes comunitários, ativistas sociais, presidentes de associação de moradores ou de candidatos a cargos públicos, essa defesa pelos direitos humanos é vivida e experienciada pelas lideranças que lutam, há décadas, por políticas públicas efetivas. Marielle Franco, mareense e vereadora do Rio, levantou temas e defendeu os direitos da popula-

ção mais vulnerável, antes de ter sua vida interrompida em 2018. Seu mandato durou dois anos, mas seu legado incentivou candidaturas de mulheres pretas em todos os estados do país. Na cidade carioca, seis deputadas negras eleitas. Uma delas, cria da Maré.

Atuação política que vai além das eleições

É importante lembrar que fazer política é bem mais do que se candidatar a um cargo ou ser filiado a um partido. O termo “Política” vem do grego antigo, já trazendo em seu significado a relação com a coletividade e organização. Ou seja, todo cidadão pode atuar em benefício do outro e do local onde vive. Mas, por onde começar? De acordo com a Politize!, ONG de educação política, atitudes, como votar de forma consciente e responsável, fazer o acompanhamento das promessas e cumprimento de leis dos candidatos, participar de debates e fóruns, buscar dados públicos, são algumas das formas dessa participação política.

Ao todo, no município do Rio de Janeiro, são 1.802 candidatas ao cargo de Vereador, 14 candidatas ao cargo de Prefeito e 14 candidatas à Vice-Prefeitura da cidade carioca, de acordo com informações da divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Sabendo que a participação do povo na política é um ato democrático, os mareenses foram exercer o seu direito. No maior conjunto de favelas do Rio, com mais de

140 mil habitantes, são 10 candidatos e candidatas com o objetivo de representar o território nas eleições municipais. Nove buscam cargo na Câmara dos Vereadores e uma, na Prefeitura do Rio. O voto é um direito democrático que todo cidadão com situação eleitoral regular pode exercer. Por isso, é tão importante conhecermos quem está se elegendo para nos representar.

Apenas três são mulheres, uma delas, transexual. Realidade que dialoga com a situação nacional: Mulheres representam somente 34% das candidaturas. Um aumento de apenas 0,1%, se comparado com o ano anterior, segundo pesquisa da Gênero e Número. Entretanto, na Maré, o cenário de liderança política feminina é diferente.

Lideranças femininas na história da Maré

Marielle Franco não foi a primeira liderança política feminina das favelas da Maré. O território tem um histórico de mulheres tomando a frente de diversas ações, atuando para a garantia de direitos da população e do território. Essa atuação política de mulheres vem das associações de moradores, grupos locais de mobilização e lideranças políticas, como **Eliana Sousa Silva**, doutora em segurança pública e diretora da Redes da Maré.

Sua atuação é antiga. Eliana liderava a Chapa Rosa nos 1980 e se tornou a primeira mulher presidente da Associação de Moradores da Nova Holanda, estando à frente da associação por seis anos. A Chapa Rosa é como se nomeou um grupo composto apenas de mulheres. Com uma dinâmica de gestão e mobilização social, Eliana pôde implantar equipamentos, que facilitaram a distribuição de energia elétrica e outros serviços básicos para a população da Maré, como o processo de chegada da água. Benefícios utilizados até hoje, graças ao voto popular.

“A eleição foi marcada pela participação massiva dos moradores e pela esperança de que muitas transformações aconteceriam em seguida, pois as pessoas estavam mobilizadas e buscavam fazer valer os seus direitos por meio da ação coletiva”, conta em seu livro Testemunhos da Maré. Sobre o início de sua trajetória política, garante: “Essa experiência de militância comunitária foi intensa e determinante na minha vida. Através dela, pude compreender as complexas características do meu lugar, das favelas e da cidade como um todo”.

PERFIL DOS CANDIDATOS E CANDIDATAS DA MARÉ

Confira abaixo o perfil dos candidatos da Maré às eleições municipais a partir de sua raça/cor, escolaridade, gênero, idade, ocupação e posição política dos partidos nos quais são filiados. Para conhecer todos os candidatos à eleição municipal do Rio de Janeiro, acesse: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

RAÇA/COR DOS CANDIDATOS DA MARÉ

(segundo autodeclaração)

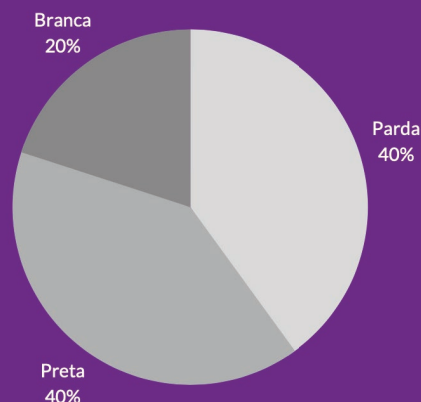
A maioria dos candidatos é pretas ou parda.

Assim como a maior parte dos moradores do território (62,1%) é declarada preta ou parda, segundo o Censo Populacional da Maré 2019, a maioria dos candidatos têm o mesmo perfil.

RAÇA/COR

80%
É PRETA/PARDA

A maioria dos candidatos da Maré se autodeclara preta ou parda.



FONTE: TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - DIVULGAÇÃO DE CANDIDATURAS E CONTAS ELEITORAIS)

ESCOLARIDADE DOS CANDIDATOS DA MARÉ

(segundo autodeclaração)

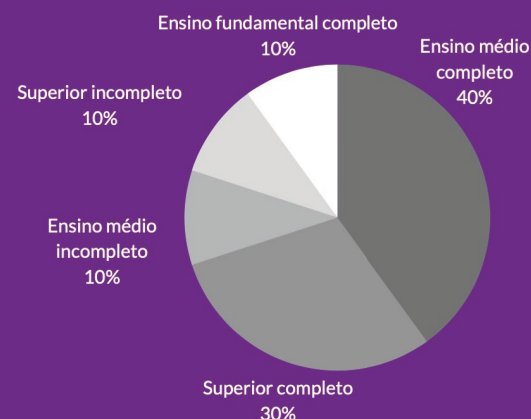
Mais da metade dos candidatos tem o ensino médio completo e 40% ingressou no ensino superior. Segundo Censo Populacional da Maré 2019, mais da metade dos moradores não completou o ensino fundamental.

Dentre os candidatos, parte tem o ensino médio e superior.

ESCOLARIDADE

40%
TEM O ENSINO MÉDIO

Quase metade dos candidatos da Maré tem como Grau de Escolaridade o Ensino Médio completo.



FONTE: TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - DIVULGAÇÃO DE CANDIDATURAS E CONTAS ELEITORAIS)

GÊNERO DOS CANDIDATOS DA MARÉ

(segundo autodeclaração)

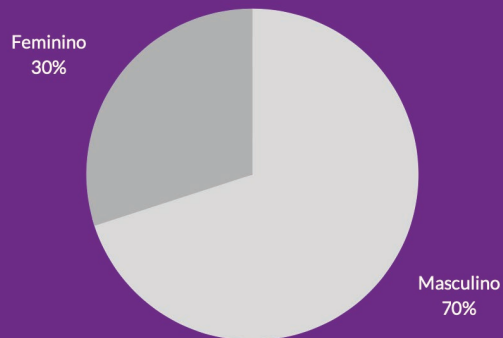
Mais da metade dos candidatos é do gênero masculino.

A Maré possui mais mulheres dentre seus residentes, de acordo com o Censo Populacional da Maré 2019. Realidade contrária nas candidaturas, em que somente três mulheres se candidataram.

GÊNERO

70%
SÃO HOMENS

Mais da metade dos candidatos da Maré é do gênero masculino.



FONTE: TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - DIVULGAÇÃO DE CANDIDATURAS E CONTAS ELEITORAIS)

IDADE DOS CANDIDATOS DA MARÉ

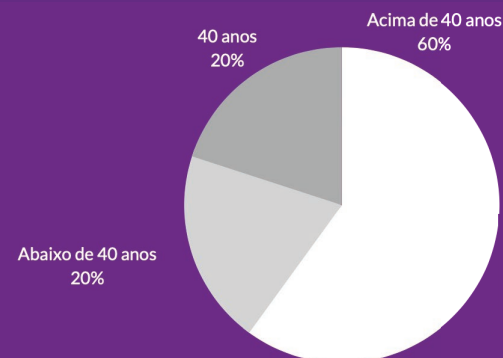
Mais da metade dos candidatos tem acima de 40 anos.

Jovens compõem mais da metade da população no território, no entanto as candidaturas são de pessoas com mais de 40 anos. Alguns já foram candidatos mais de uma vez.

IDADE

60%
TEM ENTRE 41 E 67 ANOS

Mais da metade dos candidatos da Maré tem mais de 40 anos.



FONTE: TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - DIVULGAÇÃO DE CANDIDATURAS E CONTAS ELEITORAIS)

POSIÇÃO POLÍTICA DOS PARTIDOS DOS CANDIDATOS

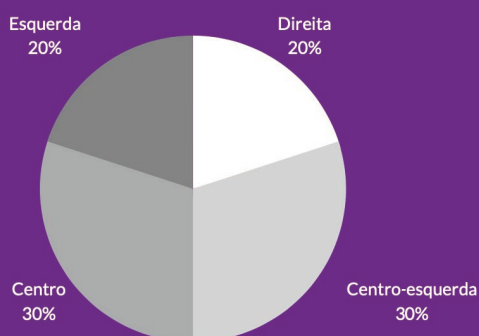
Quase metade dos candidatos defende o Centrão.

Parte dos candidatos defende a política de Centro, ou seja, sem extremismos e com moderação; e a Centro-esquerda, que defende a justiça social e democrática.

POSIÇÃO POLÍTICA

40%
DEFENDEM O CENTRÃO

Quase metade dos candidatos da Maré é filiada aos partidos com posição política do Centro ou Centro-esquerda.



FONTE: TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - DIVULGAÇÃO DE CANDIDATURAS E CONTAS ELEITORAIS)

OCUPAÇÃO DOS CANDIDATOS DA MARÉ

(segundo autodeclaração)

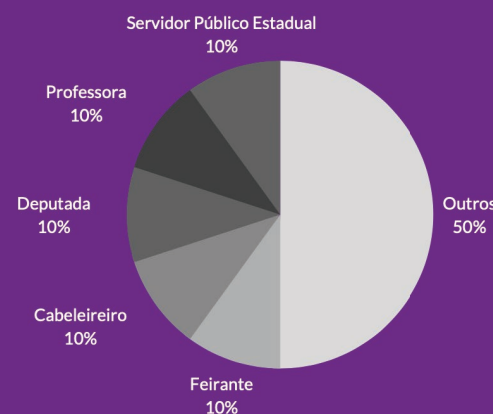
Metade dos candidatos declara sua ocupação como 'Outros'.

Visto que a função exercida pode não constar na lista, parte deles não informou seu trabalho atual. Os demais têm ocupações/atuam nos setores público e privado.

OCUPAÇÃO

50%
OUTROS

Metade dos candidatos da Maré não informou sua ocupação/profissão atual.



FONTE: TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - DIVULGAÇÃO DE CANDIDATURAS E CONTAS ELEITORAIS)

Por mais eleições enegrecidas



THAIS CUSTODIO

Nascida e criada na Maré, economista e mestranda em Economia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É pesquisadora no Núcleo de Pesquisa e Monitoramento de Projetos (NUP-PEM), na Casa Preta da Maré, projetos da Redes da Maré.

O ano de 2020, sem dúvida, está marcando uma geração com um aumento no debate sobre racismo e representatividade. Um desses marcos é que temos pela primeira vez o maior número de candidatos que se declararam como pretos e pardos (51%) em relação aos candidatos brancos (48%). Em 2014, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) incluiu a variável cor/raça nos registros dos candidatos de cada partido e, de lá para cá, esta é a primeira vez que temos um número tão significativo de candidaturas de pessoas negras. O último Censo do IBGE aponta que 56,2% da população brasileira é composta por pretos e pardos, enquanto

que os brancos são 42,7%, indígenas e amarelos 1,1%, e as mulheres pretas e pardas, 27,8%.

Entretanto, é importante sinalizar que o cenário muda quando esmiuçamos os dados sobre candidaturas negras. No caso dos prefeitáveis das 26 capitais brasileiras, apenas 20 mulheres negras disputarão as prefeituras. Já nas candidaturas para vereador, houve um aumento no número de candidatas negras, que representa um pouco mais de 6% em ambas as situações. Esses dados mostram a luta que o movimento negro vem realizando ao longo de anos, ocupando, cada vez mais, espaço em nossa geração. Mas sabemos que há muito a ser feito ainda.

Em 2018, a Justiça eleitoral decidiu que os partidos deveriam reservar, pelo menos, 30% de suas verbas e de suas vagas para candidaturas de mulheres. Recentemente o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a reserva de recursos para negros nas eleições já deve valer para o pleito municipal de 2020, decisão que não agradou alguns partidos

políticos. É possível que muitas dessas conquistas estejam relacionadas ao processo de luta por uma igualdade racial em todos os aspectos da sociedade, impactando o aumento de pessoas se reconhecendo como pessoas racializadas.

Segundo o *site* do Tribunal Superior Eleitoral, no município do Rio de Janeiro, são candidatas à prefeitura: Benedita da Silva (PT), Renata Souza (PSOL) e Suêd Haidar (PMB), representando o maior número de mulheres negras como prefeitáveis na região sudeste. Dona Bené e Renata têm chapas enegrecidas, com pessoas negras candidatas à vice-prefeitura. Curiosamente, outros candidatos brancos têm também, como vice, pessoas negras, como Clarissa Garotinho (PROS), Martha Rocha (PDT), Fred Luz (Novo) e Paulo Messina (MDB). Ora, em um momento emblemático em que o debate racial se encontra cada vez mais latente, é muito estratégico colocarmos pessoas pretas em evidência, ainda que seja dando apoio a uma pessoa branca ou, eventualmente, em lugar de destaque. Embora isso seja um avanço, é preciso questionar o comprometimento das pessoas e dos próprios partidos com a luta antirracista. Ter essas pessoas negras ao seu lado ou à frente de uma campanha é apenas uma forma de se adequar à pauta antirracista ou é

um debate tratado cotidianamente por essas organizações e aqueles que fazem parte delas?

Quando olhamos os dados de cada partido referentes às receitas partidárias para cada candidato à prefeitura, não é possível fazermos nenhuma análise comparativa em relação às últimas eleições devido à falta de candidatas negras. No entanto, é possível ver o orçamento disponibilizado como receita de cada partido para as candidaturas, tanto para a prefeitura quanto para os vereadores. Ao abrir-se o *site* do TSE, nota-se que, mesmo com o avanço, as candidatas negras ainda são as que recebem menos apoio financeiro eleitoral em relação às candidatas brancas. Há ainda falta de transparência no processo eleitoral nos *sites* de cada partido, evidenciando que a sociedade civil carece de engajamento no debate político e, pior, o pacto narcísico da branquitude segue a todo vapor.

Em tempo, é de muita coragem enfrentar as urnas neste momento tão delicado, com uma pandemia mundial em curso, colapso da saúde brasileira, tantas vidas sendo perdidas e desgoverno que o estado e o município do Rio vivenciam. Minha esperança está nessas mulheres negras que tanto lutam para garantir o funcionamento do estado democrático de direito. Afinal, nossos passos vêm de longe.

“É preciso questionar o comprometimento das pessoas e dos próprios partidos com a luta antirracista. Ter essas pessoas negras ao seu lado ou à frente de uma campanha é apenas uma forma de se adequar à pauta antirracista ou é um debate tratado cotidianamente por essas organizações e aqueles que fazem parte delas?”

THAIS CUSTODIO

“Eles vieram para matar”

Após quase três anos como está o caso de Jeremias Moraes da Silva, menino morto com um pirulito na mão durante uma ação policial na Maré

DANIELE MOURA

Nascida e criada na Maré, **Vânia Moraes da Silva** teve cinco filhos, Jooás, 23; Isaías, 21; Gabriel, 18; Jeremias, 13 e Samuel, 12. Evangélica da Assembleia de Deus, é conhecida por muitos na Nova Holanda, favela onde mora na Maré. No dia 6 de fevereiro de 2018, saiu cedo de casa para ir ao velório de um “irmão” da igreja. Não se despediu dos filhos para não acordá-los. Ao voltar para casa no fim da tarde, numa parada para um lanche perto do Hospital Geral de Bonsucesso, viu seu marido saindo da portaria da unidade de saúde. Logo olhou no grupo de Whatsapp da igreja para saber se algo havia acontecido. E aconteceu. Lá, soube que seu filho Jeremias havia sido baleado e estava no Hospital Municipal Souza Aguiar.

Jeremias Moraes da Silva era um menino peralta, louco por bola. Fazia aula de violão e cantava na igreja. Estudava na Escola Municipal Helio Smidt e, segundo o professor **Eduardo Gomes Oliveira**, era um aluno com notas medianas, mas com olhar curioso e muito perguntador. Era uma tarde de segunda-feira de verão na Maré, e Jeremias costumava participar do futebol na Praça da Nova Holanda e também das atividades da Biblioteca Lima Barreto. Nesse dia, ele iria treinar o novo hino da igreja na casa da professora de violão. Jeremias foi morto pelas costas com quatro tiros de fuzil em frente à casa da professora. Ele estava com um pirulito na mão e segurava a maçaneta da porta na outra. Traumatizada, até hoje a professora não se recuperou e sequer consegue conversar sobre o ocorrido.

A tarde estava tranquila, sem operação policial ou conflito entre os grupos civis armados, apenas os barulhos constantes de motos circulando e crianças brincando. Mesmo com essa aparente tranquilidade, um blindado do 22º Batalhão de Polícia Militar encontrou Jeremias. A perícia comprovou que o tiro veio do “caveirão” que havia acabado de sair do Batalhão, atirando. “Eles alegam que foi em legítima defesa. Quero saber de quem? Com que arma que meu filho atirou? Com pirulito? De costas? Atiraram num menino de 13 anos, um tiro de fuzil pelas costas. Foi uma covardia! Eles vieram pra matar e continuam livres nas ruas, matando crianças”, diz dona Vânia,



Quase três anos após a operação que tirou a vida de Jeremias, sua família espera posicionamento da Justiça no caso do menino tentando explicar o inexplicável.

Após quase três anos da morte do filho, o único avanço foi nomear a Clínica da Família da Nova Holanda, na Maré, onde nem sequer há energia elétrica. O processo criminal não existe. O inquérito da Delegacia de Homicídios do Rio, mesmo com perícia, foi inconclusivo, o que fez com que o Ministério Público Estadual abrisse administrativamente uma nova investigação para confrontar a primeira, feita pelo delegado e, assim, acolher a denúncia - início de todo processo judicial. A família abriu dois processos, um criminal, onde é pedida a responsabilização criminal dos policiais, e um cível, onde se pleiteia a indenização do Estado pela desastrosa atuação de seus agentes públicos. Marcelo Pires Brancos, advogado da ação é pago pela Igreja que a família frequenta.

A mãe de Jeremias não esquece o dia em que foi ouvida pelo delegado do caso. “Eu sou leiga, não entendo palavras bonitas, não entendo de leis, não entendo a forma que eles falam, e você pergunta, e eles te enrolam. Te tratam como lixo, falam um monte de palavras bonitas e eu aí e falo me explica? Eles respondem dizendo que estão explicando.”

Ela precisou deletar as redes sociais do filho, onde matava as saudades vendo fotos. “Até o Facebook do meu filho eu tive que deletar, porque eram muitas

ameaças. Desenhos de caveiras, de cruz e escritas, como se continuar, vai morrer, a gente sabe onde você mora. Foi pesado demais pra mim, apaguei tudo. Nem mais ver as fotos do meu filho, dos trabalhos da igreja que ele fazia não posso mais”, queixa-se a mãe de Jeremias.

O sonho de dona Vânia é ver o julgamento dos assassinos de seu filho, mas ela tem dúvida se isso vai acontecer. “Sonho no dia que eles possam estar no banco dos réus e em júri popular, mas não tenho essa certeza. Não acredito na justiça, 3 anos e nada acontece. E o mais agravante, depois dele vieram muitos outros, Maria Eduarda, Marcos Vinícius, e tantos outros. Por quê? Eles estão mantendo o futuro do amanhã com apoio dos governantes”, diz a dona de casa lembrando outros casos de crianças mortas por policiais em ação nas favelas do Rio.



Dona Vânia guarda com carinho as fotografias de Jeremias

Pelo direito à cidadania

A pandemia dificultou o acesso a direitos básicos, como renovação ou emissão de documentos

THAÍS CAVALCANTE

No Conjunto de Favelas da Maré, o enfrentamento ao coronavírus não foi o único desafio vivido por quem busca, diariamente, mais condições de cidadania. Uma das formas de exercê-la é com um documento de identificação, obrigatório e necessário para a garantia dos direitos básicos, como atendimento em hospital e matrícula em escola por exemplo. Com a diminuição desses serviços públicos durante a pandemia, muitos foram prejudicados ao tentar agendar, cadastrar ou renovar suas documentações.

Com a popularização da documentação digital, quem possui um celular na mão e internet já pode ter acesso à Carteira Digital de Trânsito, Carteira de Trabalho Digital e até o Título de Eleitor Digital. Enquanto isso não é realidade para todos, a assistência comunitária facilita a documentação impressa para a população da Maré. São duas unidades do Detran, a Fundação Leão XIII e diversas ações sociais em parceria com as Associações de Moradores, instituições, Prefeitura e Organizações Não Governamentais. A Fundação Leão XIII, por exemplo, existe para facilitar o acesso aos serviços de emissão de documentos, como o de identificação civil (RG) e, ainda, facilita o acesso aos projetos, para garantir uma integração com a população da Maré.

O Detran do Rio aconselha que, nesse momento de pandemia, só procure pelos serviços quem realmente tem urgência. É o caso de **Pablo da Silva**, morador da Vila do João, na Maré. Ele pretende tirar sua carteira de motorista para expandir seu trabalho e aumentar sua renda. Tentou atendimento durante todo o mês de setembro para emitir a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). “Eu ligo às 8h da manhã todos os dias e, quando são 08h05, [as vagas] já foram todas preenchidas. Fora o *site*, que, com o número de acessos, fica fora do ar e quando volta não tem mais vaga”, conta. Pablo conseguiu agendar um mês e meio depois.

Aos poucos, o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (Detran) retoma seus atendimentos para realizar a emissão de documentos. Nas duas unidades da Maré, que ficam nas favelas Nova Holanda e Baixa do Sapateiro, os serviços de identificação civil já voltaram, com cautela e garantindo a segurança de funcionários e usuários. Dia 19 de outubro ocorreu a nova fase de reabertura de postos em toda a cidade.

Letícia Furtado é coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual (Nudiversis), que faz atendimento especializado há 9 anos para a população LGBTQIA+. Atua em apoio às pessoas



Dominyck di Calafrio decidiu emitir seus documentos depois da pandemia

que enfrentam questões de vulnerabilidade, seja juridicamente ou não. Ela lembra que ter uma documentação implica nos direitos básicos: a pessoa poder votar, se matricular em instituições de educação, viajar, por exemplo.

Dominyck di Calafrio, atriz, travesti e moradora da Nova Holanda, tenta fazer o CPF e o título de eleitor desde o início do ano, mas enfrenta o de-

safio de não possuir bom acesso à *internet* e dificuldade com a escrita e leitura. Outra questão que atrapalha quem procura o serviço é a navegação do *site*. “Peço ajuda, e a pessoa leva horas para conseguir as informações, já que os *sites* não são claros, aí acabo não conseguindo avançar. Por isso, decidi esperar a pandemia passar para emitir”, desabafa.

ONDE FAZER AGENDAMENTO PARA EMISSÃO DE RG E CNH

DETRAN

www.detran.rj.gov.br

Telefone: (21) 3460-4040 / 3460-4041 / 3460-4042

Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, sábado, das 8h às 18h.

ONDE EMITIR DOCUMENTO DE MUDANÇA DE NOME

Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual (NUDIVERSIS)

WhatsApp: (21) 99617-4115 / 97439-4437 / Email: nudiversis@defensoria.rj.def.br

Atendimento de segunda a sexta-feira, das 11h às 18h.

ONDE RECEBER ISENÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CIVIL E TIRAR DÚVIDAS SOBRE BENEFÍCIOS

Fundação Leão XIII

Unidade Nova Holanda - Rua Sargento Silva Nunes, 1012

Unidade Ramos - Rua Gerson Ferreira, 06

Atendimento de segunda a sexta-feira, das 10h às 14h.

Um Parque chamado União

Grande em número de moradores, casas, contos e histórias

HÉLIO EUCLIDES

Com 20.567 habitantes e 7.600 domicílios, segundo o Censo Populacional da Maré, de 2013, o Parque União tem mais moradores do que Bonsucesso. No conjunto de favelas da Maré é a que concentra mais pessoas, sendo o sétimo das 16 comunidades a nascer. A história do Parque União se mistura com a vida de muitos moradores. Na edição 39, de março de 2013, o Maré de Notícias contou a trajetória de Mironeide Rezende Beleza, que em 1980 enviou uma carta ao presidente da época, João Figueiredo, e conseguiu frear a remoção do local. Na sua fundação, em 1961, nomes são lembrados por moradores, como o advogado Margarino Torres, Geraldo dos Santos e o Cândido.

Uma dessas muitas histórias é sobre Diniz Batista dos Santos. Ele foi um dos primeiros moradores do Parque União, chegando quando o local tinha

poucos barracos, e hoje a clínica da família da favela recebe o seu nome como homenagem. Filha de Diniz, **Vilma Santos de Souza** conta que chegou no Parque União com cinco anos, junto com outros nove irmãos. Antes, eles moravam de aluguel nas palafitas da Baixa do Sapateiro, onde o pai utilizava sobra de tábuas da obra da Avenida Brasil para fazer um chiqueiro. Com a venda dos animais, comprou uma casa na mesma favela, em parte aterrada. Depois abriu um barzinho e com o dinheiro que ganhou comprou a casa na Rua Tiradentes, no Parque União.

Como era construtor, Diniz montou um armazém e assim foi um dos pioneiros em comércios da época. “Não foi fácil criar 11 filhos, por isso meu pai e minha mãe, Josefa Silva dos Santos, são heróis, como os vizinhos, por superar tantas dificuldades daqueles anos”, comenta. Ela destaca que



Vilma Santos acompanhou o desenvolvimento do Parque União desde a sua infância o pai achava primordial ficar informado sobre política, dessa forma gostava de ler jornais e ver telejornais.

Ao voltar no tempo e lembrar de seus primeiros anos na Maré, Vilma recorda que na época não tinha muitos carros e motos, assim as crianças brincavam até tarde na rua de várias brincadeiras. “Já os adultos ficavam nas portas das casas, pois existia muita amizade. Era um período muito

bom, com solidariedade e uma coletividade. Uma vizinhança de união. As celebrações eram na rua, como as festas Juninas, a Copa do Mundo, o Natal e o Réveillon”, expõe.

Além da história contada por Vilma, essa página vem ilustrada com fotos do Núcleo de Memória e Identidade da Maré (NUMIM), projeto da Redes da Maré, que retrata o Parque União na época das palafitas e no início do aterramento.



Antes e depois da Rua Tiradentes, uma das mais movimentadas do Parque União, mostra o crescimento da favela ao longo das décadas - Fotos: Acervo NUMIM/Matheus Affonso

Rua da Maré pode ganhar nome de Marielle Franco

Favela Salsa e Merengue foi a escolhida pelos moradores para ter o nome da vereadora, nascida e criada no território e defensora dos Direitos Humanos

THAÍS CAVALCANTE

As ruas, becos e vielas das favelas da Maré contam histórias - de resistência, luta e perseverança daquela população. Uma das formas de garantir que a história local continue viva é batizando a rua com o nome de um morador querido que faleceu. Esta tradição comunitária não vem de hoje, mas da época em que as casinhas da Maré ainda eram de madeira e sobre a água, no tempo das palafitas.

O caminho de homenagear moradores é trilhado até hoje na favela Salsa e Merengue, localizada no Conjunto Novo Pinheiro. Marielle Franco, moradora brutalmente assassinada em 2018, recebeu esta homenagem na Escola Municipal Vereadora Marielle Franco, inaugurada no mesmo ano. Com o passar do tempo, a ação fez com que a Rua Projetada D, a rua da escola, ficasse conhecida naturalmente pelo nome da vereadora.

Mônica Cândido, secretária da ONG Redes de Desenvolvimento da Maré e moradora do Salsa e Merengue, faz parte do acompanhamento territorial de nomeação das ruas do território. Ela conta que o trabalho de articulação demorou cerca de dois meses para ser feito e que valeu a pena: “Foi uma troca enorme com os moradores, e vamos levar esse abaixo-assinado com as assinaturas dos moradores para a Prefeitura”.

Para fazer a sugestão de mudança de nome de ‘Rua Projetada D’ para ‘Rua Marielle Franco’, foi necessária uma articulação entre os moradores da região, Redes da Maré, Prefeitura do Rio de Janeiro e a Associação de Moradores do Conjunto Novo Pinheiro. Mônica afirma que o nome sugerido pela Prefeitura era Rua Gratidão. “Fomos até os moradores conversar e avisar sobre essa decisão. Informamos que eles poderiam mudar o nome se sugerissem algum morador querido daquele espaço. Acredito que todos conhecem o nome de luta de Marielle e tem como referência do nome da escola”, observa.

Um legado que fez história

Marielle Franco teve um papel fundamental no território desde pequena. Primeiro, como assistente de catequista na igreja católica, depois, na horta comunitária e até como professora de pré-vestibular comunitário. Uma trajetória de vida que ficou na história do Conjunto de Favelas da Maré. Sua estrutura de formação, socialização local e política vem de família, assim como sua atuação na favela.

Marinete Silva, mãe de Marielle Franco, fala sobre a importância de ter uma homenagem à sua filha em um território tão potente como a Maré. “Não dá para imaginar o que Marielle se transformou

VITOR VANES



para receber uma homenagem desse tamanho. Isso é gratificante, e eu quero muito que se concretize. Além de ser uma coisa boa para a gente, de ter o nome da nossa filha honrada num território em que a gente viveu tanto tempo”, diz.

Entre a burocracia e o reconhecimento

Ainda não há previsão para que aconteça o lançamento da nomeação, de acordo com a Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação: “O trabalho de articulação e mobilização social junto às comunidades do Conjunto de Favelas da Maré, com o objetivo de reunir as sugestões de nomes para os reconhecimentos de logradouros, está em andamento”.

Na prática, as pessoas já fazem referência à rua com o nome. Na teoria, há processos e critérios antes da decisão oficial. Todos os nomes sugeridos de moradores precisam ser avaliados pelo Número Global de Localização (NGL), para não correr o risco de serem duplicados, por exemplo. Essa é uma das justificativas da Prefeitura para tomar decisões. Em 2017, foram alteradas ruas e travessas na Vila do João, e muitos moradores não sabiam da mudança até a sua divulgação.

Colocar nome em uma rua é reconhecer que ela existe. É uma atividade que resgata a memória de quem viveu ali e fez parte de sua construção social. Uma mudança de significado.